

MENEM QUER DOLARIZAR

Buenos Aires — O ministro da Economia argentino, Roque Fernández, advertiu ontem que “no máximo, pode haver um ataque sobre a moeda da Argentina na semana que vem”, embora considere ser impossível que uma especulação contra o peso tenha êxito.

O presidente argentino, Carlos Menem, anunciou a iniciativa de “dolarizar” a economia para que a moeda norte-americana substitua o peso, diluindo-se, com isso, os temores de uma desvalorização. O secretário-geral da presidência, Alberto Kohan, justificou a proposta de Menem: “A paridade entre peso e dólar é de um por um, embora as pessoas prefiram o dólar”.

O presidente argentino ratificou também seu desejo de que se chegue a uma moeda única no Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul), a ser utilizada pelos sócios plenos Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, mais os sócios não-plenos Chile e Bolívia.

Fernández confirmou que vai estudar a possibilidade da dolarização, como parte da futura Alca (Área de Livre Comércio das Américas).

OTIMISMO

O ministro acredita que a crise brasileira “não vai ser longa porque aprovaram muitas das reformas estruturais que estavam pendentes”. O ministro afirmou que “estamos na pior parte da situação internacional” provocada pela crise do Brasil, mas também destacou que isso vai levar pouco tempo e vai se normalizar.

Reconheceu que o efeito da desvalorização do real na Argentina se vê “numa alta de algumas taxas de juros interbancárias de curto prazo”, mas que “até agora não houve impactos significativos nas taxas de longo prazo, créditos hipotecários ou para aquisição de bens de capital ou de consumo duráveis”.

O ministro informou que a desvalorização do real se refletiu na alta de algumas taxas de juros interbancárias de curto prazo.

EXPORTAÇÕES

A Argentina teme que a desvalorização produza maior receita de importações a favor do Brasil ou menores níveis das exportações argentinas ao país vizinho. Fernández apelou aos argentinos para que

“não mudem seu padrão de consumo e fiquem tranquilos, porque esta situação é transitória”.

Os prognósticos que marcavam uma desaceleração na economia antes da crise brasileira se tornaram previsões de esfriamento de fato, concordaram ontem economistas e empresários. O consolo é que a maioria dos analistas considera que as finanças permanecem sólidas, à espera do fim da tempestade nas bolsas (com queda de 15% em dois dias), com plena vigência da convertibilidade e uma confortável reserva monetária de US\$ 27,6 bilhões no Banco Central.

Essa garantia para o dinheiro em circulação assegura a paridade cambial com o dólar, mas as perspectivas se tornaram sombrias para a indústria e o comércio.

Se o governo calculava um crescimento neutro ou ligeiramente negativo do Produto Interno Bruto (PIB) entre janeiro e março deste ano, devido à recessão do último trimestre de 1998, as novas restrições de dinheiro terão um impacto mais forte sobre o consumo e o investimento.

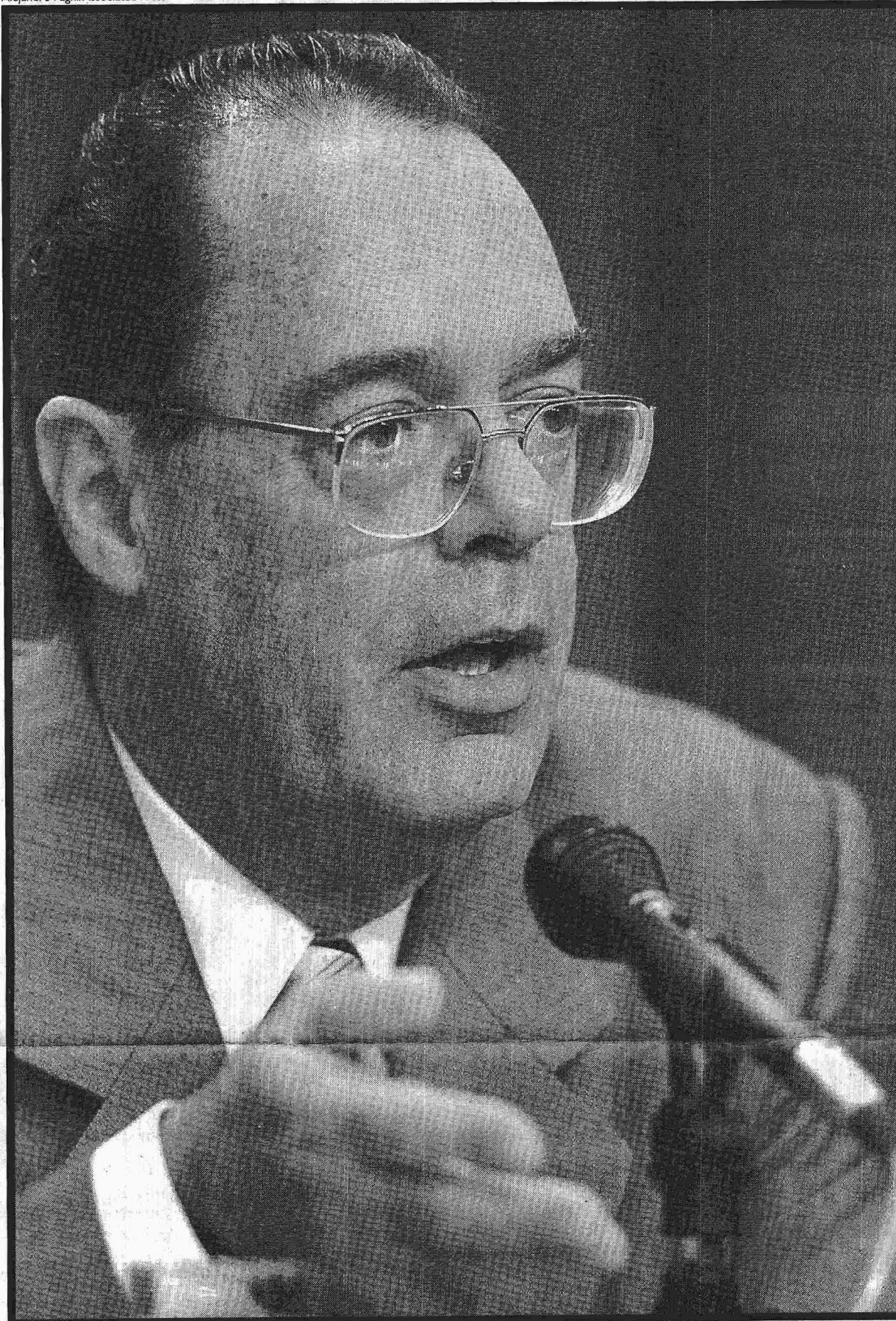
O presidente da União Industrial Argentina, Alberto Alvarez Gaiani, disse que a decisão do governo brasileiro de flexibilizar sua banda cambial trará sérios problemas para a Argentina.

O líder industrial antecipou que o problema “para a Argentina é que se pode chegar a produzir uma invasão de produtos brasileiros, pois o Brasil está sofrendo uma recessão aguda”. Atualmente, o Brasil vende 23% do total de suas exportações à Argentina.

Enrique Mantilla, presidente da Câmara de Exportadores da Argentina, sustentou que, “se a crise brasileira não for resolvida, a perda de exportações (argentinas) seria de US\$ 2,5 bilhões ao ano”. Em 1997, a Argentina exportou produtos para o Brasil no valor de US\$ 8,06 bilhões (31% do total), enquanto de janeiro a setembro de 1998 chegou a US\$ 6,09 bilhões.

“O Brasil exportará sua crise para os mercados terceiros, onde concorre com a própria Argentina, motivo pelo qual o governo brasileiro tem de suprimir os subsídios às exportações ao Mercosul”, reivindicou Mantilla.

Alejandro Pagni/Associated Press



Fernández: a crise brasileira não vai durar muito porque foram aprovadas muitas das reformas estruturais